

ROBERTO PEREIRA SILVA  
JANAÍNA FERNANDA BATTAHIN

## CELSO FURTADO, CAIO PRADO JÚNIOR E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 1950

Recebido em 29/06/2019  
Aprovado em 19/11/2019

# CELSO FURTADO, CAIO PRADO JÚNIOR E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 1950

## ROBERTO PEREIRA SILVA

Professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA-Unifal-MG) e do Programa de pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

Email: [robertopereirasilva@outlook.com](mailto:robertopereirasilva@outlook.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8194-5086>

## JANAÍNA FERNANDA BATTAHIN

Doutoranda em Economia na UNESP/FCLAr. Graduada em Economia com Ênfase em Controladoria na UNIFAL/MG e Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp (IE-UNICAMP).

Email: [janainabattahin@hotmail.com](mailto:janainabattahin@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8828-8728>

## Resumo

O trabalho investiga as incursões de Celso Furtado e Caio Prado Júnior na história do pensamento econômico na década de 1950. Nossa hipótese central é que estareleitura da história do pensamento econômico faz parte de um esforço para discutir os fundamentos das teorias econômicas e, ao mesmo tempo, justificar diagnósticos e propostas de política econômica dos dois autores. Compreendemos o interesse nesse campo de estudos como uma resposta aos debates sobre política econômica dos anos 1950, uma arena de disputas entre diversas correntes do “pensamento econômico brasileiro”, envolvendo economistas de filiações socialistas, liberais e desenvolvimentistas. Finalmente, discutimos como essa preocupação com a história do pensamento econômico articula-se aos interesses mais gerais de Celso Furtado e Caio Prado Júnior.

**Palavras-chave:** Celso Furtado; Caio Prado Júnior; história do pensamento econômico; desenvolvimentismo.

## **Abstract**

The article investigates the incursions of Celso Furtado and Caio Prado Júnior in the History of economic thought in the 1950. Our central hypothesis is that this reading of the economic's history thought is part of an effort to discuss the fundamentals of economic theories and, at the same time, to justify diagnoses of the present and proposals of economic policy of the two authors. We understand the interest in this field of study as a response to the economic policy debates of the 1950, an arena of disputes between diverse currents of "Brazilian economic thought", involving economists of socialist, liberal, and developmental affiliations. Finally, we discuss how this interest in the economic's history thought articulates with the more general interests of Celso Furtado and Caio Prado Júnior.

**Keywords:** Celso Furtado; Caio Prado Júnior; History of economic thought; developmentalism.

## Introdução

O trabalho investiga as incursões de Caio Prado Júnior e Celso Furtado na história do pensamento econômico, compreendendo-as no âmbito dos debates e disputas sobre política econômica no Brasil nos anos de 1950. Pressupomos que os debates sobre os rumos da economia brasileira se deram em uma arena de confrontos por projetos políticos diversos e a compreensão das propostas em jogo deve ter como horizonte interpretativo a implantação de políticas econômicas e, ao mesmo tempo, a refutação de visões alternativas e concorrentes, buscando, para tanto, interpretações da conjuntura teoricamente orientadas, para as quais a história do pensamento econômico foi eleita como um dos campos privilegiados por Caio Prado Júnior e Celso Furtado.

No livro *A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*, publicado em 1954, Celso Furtado examina, no último capítulo, a história do pensamento econômico, tópico que será ampliado em 1961, com a publicação de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, no qual acrescenta um item sobre a economia política de Marx. Desde então, as referências à história do pensamento econômico serão uma constante em seus trabalhos.

Caio Prado Júnior, por sua vez, publica, em 1957, um volume inteiro dedicado ao assunto, *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, no qual elabora uma leitura horizontal da história do pensamento econômico, buscando compreender os fundamentos da análise econômica e a relação entre teoria e prática<sup>1</sup>, na junção entre as teorias econômicas e as realidades históricas que pretende explicar.

O principal objetivo do artigo é indicar a importância dessa incursão em um território aparentemente distante das lutas e das disputas pelos rumos da economia brasileira, como pode parecer a história do pensamento

---

<sup>1</sup> A relação entre teoria e prática é elemento essencial no marxismo de Caio Prado Júnior. Ver, sobre isso, Novais (2003), Grespan (2008) e Lumatti (2007).

econômico<sup>2</sup>. Ou seja, em que medida o esforço reflexivo aberto pelos autores reportar-se-ia às discussões mais prementes do tempo, como a industrialização, o planejamento econômico e a inflação, para ficarmos em alguns dos problemas mais amplamente discutidos no período?<sup>3</sup>

Nossa hipótese é que a escolha da história do pensamento econômico foi uma forma de intervenção no debate econômico brasileiro: sem enfrentar diretamente propostas e diagnósticos para a economia, a incursão dos autores significou examinar as bases da teoria econômica como estratégia para fundamentar suas visões sobre os problemas enfrentados pelo país, confrontando as visões em debate pela via da discussão teórica, buscando minar oposições dentro dos debates econômicos. Ao mesmo tempo, ao discutir os fundamentos da teoria econômica, os autores explicitavam a inadequação destes para explicar a particularidade da economia brasileira.

Nossa argumentação irá dividir-se em uma breve retomada das principais correntes de debate no pensamento econômico brasileiro, ressaltando os aspectos conflitivos e as disputas entre elas enquanto um caminho para delinear as linhas de análise de Celso Furtado e Caio Prado Júnior. Em seguida, examinaremos a leitura da história do pensamento econômico feita pelos autores – primeiramente, Celso Furtado, em seguida, Caio Prado Júnior –, buscando destacar em que medida seus procedimentos e opções metodológicas implicavam uma refutação ou problematização das teorias econômicas. Concluímos considerando o desdobramento dessas reflexões no conjunto da obra dos autores, destacando campos de pesquisa que permanecem abertos.

---

<sup>2</sup> A formulação é provocativa e levanta questões que ainda não podemos responder, mas cuja enunciação já permite alguns avanços. Ora, se tomarmos as reflexões de Ricardo Bielschowsky sobre o pensamento econômico brasileiro, temos que, para o período 1930-1964, “não teria sentido descrever a produção teórica brasileira no campo da ciência econômica”. Dito de outra forma, “o aspecto fascinante desta história intelectual não provém de eventuais contribuições à teoria econômica, mas sim da riqueza e criatividade das ideias associadas aos contextos históricos” (BIELSCHOWSKY, 1997). Ou seja, num ambiente de pouca envergadura teórica para elaborar contribuições para a teoria econômica (subentendendo-se esta como um corpus formalizado e abstrato), abordar a história do pensamento econômico nos anos de 1950 teria caráter didático e de atualização de conhecimentos, ou transfigura-se em pedra de toque para a crítica da teoria econômica tradicional?

<sup>3</sup> Estes temas foram longamente examinados por Ricardo Bielschowsky (2004), a partir do posicionamento das correntes do pensamento econômico brasileiro.

## As disputas no pensamento econômico brasileiro na década de 1950

Ricardo Bielschowsky (1997; 2004) detecta cinco correntes de pensamento econômico no Brasil no período entre 1930 e 1964. Estas, antes de representarem divisões teóricas estanques, formavam um “pensamento econômico politicamente envolvido pelo debate sobre o processo de industrialização brasileiro” (BIELSCHOWSKY, 1997, p. 72), movimentando-se ao redor de um núcleo duro, o desenvolvimentismo: o reconhecimento da necessidade de industrialização carreada pelo planejamento estatal que orienta e distribui funções entre a iniciativa privada e o setor público (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 7). Bielschowsky distingue cinco correntes: “três variantes do desenvolvimentismo (desenvolvimentismo do setor privado, desenvolvimentismo ‘não nacionalista’ do setor público e desenvolvimentismo ‘nacionalista’ do setor público); o neoliberalismo (a direita do desenvolvimentismo) e a corrente socialista (a sua esquerda)” (*ibidem*, p. 73).

O neoliberalismo brasileiro, uma das vertentes mais atuantes no período, tinha como principais propostas: a redução da intervenção do Estado na economia, prioridade ao equilíbrio monetário e financeiro e, finalmente, certa resistência às políticas industrializantes (*ibidem*, p. 77). Seus principais representantes eram Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões.

Por sua vez, as correntes desenvolvimentistas aglutinavam-se em um “projeto de desenvolvimento de estabelecer um capitalismo industrial moderno no país, e [n]a convicção de que para isso era necessário planificar a economia e praticar distintas formas de intervenção governamental.” (*ibidem*, p. 79). Bielschowsky encontra uma importante distinção entre estes desenvolvimentistas nos setores nos quais atuam, ou seja, o setor privado e o público<sup>4</sup>. No que se refere àqueles que atuam no setor público, a parcela

---

<sup>4</sup> A distinção traz implícita a assertiva de que os economistas orientam suas propostas de política econômica não apenas através da racionalidade e da objetividade, mas que há importantes elementos sociais a serem considerados na análise do pensamento econômico brasileiro. Voltaremos a isso mais adiante, mas já podemos introduzir uma das hipóteses do trabalho: disputando projetos de política econômica cujas premissas e objetivos podem ser lastreados no locus de atuação destes profissionais, não teriam os argumentos teóricos ou, em nosso caso, a fundamentação econômica buscada na história da disciplina, um papel importante para fortalecer ou desqualificar argumentos contrários?

dos “não-nacionalistas”, como Roberto Campos e Lucas Lopes, admitiam a utilização do capital estrangeiro, mesmo em setores de infraestrutura, e aceitavam a planificação e a intervenção do Estado somente quando a iniciativa privada nacional e estrangeira não demonstrasse interesse nos investimentos. Assumiam posição contrária ao setor “nacionalista” – representado por autores como Celso Furtado e Rômulo Almeida, por exemplo –, que reivindicava a planificação, a intervenção do Estado e o monopólio público em setores básicos e estratégicos para o desenvolvimento e a manutenção da soberania nacional<sup>5</sup>. Já os desenvolvimentistas do setor privado, tais como Roberto Simonsen, Heitor Ferreira Lima e João Paulo de Almeida Magalhães, estavam aglutinados em torno da defesa de um projeto de industrialização planejada e na proteção do capital privado nacional. Finalmente, um terceiro ponto de divergência entre os desenvolvimentistas refere-se às políticas econômicas para o tratamento de um dos problemas mais importantes do Brasil, a inflação. Os “não-nacionalistas” tendiam a apontar soluções de estabilização monetária; já o “setor privado” preocupava-se, sobretudo, com a manutenção do nível de crédito para a indústria; enquanto os “nacionalistas”, embora sensíveis ao problema do custo de vida, reconheciam a necessidade de capitalização e a garantia do poder de investimento estatal. Finalmente, outro ponto importante para os nacionalistas foi a interpretação estruturalista da inflação, cuja origem e formulação devem-se à inspiração cepalina<sup>6</sup>.

A última corrente, por sua vez, pensava os temas econômicos sob a perspectiva da revolução socialista e encontrava pontos de convergência com os desenvolvimentistas nacionalistas do setor público. De fato, os socialistas apoiavam a industrialização, a planificação, a forte presença do Estado na economia e o controle sobre o capital estrangeiro enquanto estratégias revolucionárias discutidas dentro do Partido Comunista Brasileiro. Ricardo Bielschowsky destaca, ainda, o papel da corrente em trazer à

---

<sup>5</sup> Ver, sobre isso, Bastos(2012).

<sup>6</sup> Sobre a teoria estruturalista da inflação, ver Boianovsky(2009) e a bibliografia citada no trabalho.

tona a questão das “relações de produção”, enfatizando as formas de emprego e de exploração da força de trabalho dentro da economia brasileira, especialmente no campo.

Essas considerações sobre as correntes do pensamento econômico brasileiro – justamente por orbitarem ao redor do tema do desenvolvimento econômico sob perspectiva da industrialização, do planejamento e da intervenção do Estado – precisam ser complementadas por uma compreensão das formas de disputa e da relação entre os projetos econômicos e suas correlações mais amplas com os atores sociais<sup>7</sup>.

O pensamento econômico brasileiro sofreu uma inflexão importante com a Revolução de 1930 e a ampliação das atividades e funções do Estado brasileiro, não apenas para enfrentar a crise econômica mundial de 1929, mas também para modificar as bases econômicas do país através de apoios à expansão e intensificação da produção industrial. Neste sentido, a nova organização do Estado e o esforço de sistematizar e veicular de forma mais coerente os objetivos do setor industrial são elementos que nos auxiliam a compreender a centralidade do pensamento econômico no Brasil no período e elucidar por que ele se manifesta em diversas correntes em disputa.

De fato, as medidas de política econômica após 1930 direcionaram-se para um esforço de reunião de informações, mapeamento e coordenação das distintas atividades econômicas nacionais. Nesse sentido, surgiram, dentro ou ao redor do Estado, diversos órgãos consultivos, corporativos, executivos, além de comissões internacionais, que buscaram responder à necessidade de uma maior intervenção econômica. Pode-se destacar, sem ser exaustivo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Superintendência da Moeda

---

<sup>7</sup> Como aponta Maria Rita Loureiro (1997, p. 32), “desenvolvimento econômico, nacionalismo, protecionismo, defesa contra o capital estrangeiro, intervenção estatal, planejamento etc., todos os temas recorrentes nos debates políticos ideológicos dos anos 40-60 foram igualmente marcos definidores de clivagens no meio social nascente dos economistas, onde as questões teóricas se misturavam com as disputas políticas, superpondo-se oposições entre, de um lado, a direita ‘entreguista’, monetarista ortodoxa e, de outro, a esquerda nacionalista, estruturalista heterodoxa”. Ver, também, sobre os temas de debate nas décadas de 1940 a 1960, Curi (2019).

e do Crédito (SUMOC), a Carteira de Exportação e Importação (Cexim) do Banco do Brasil, o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação Nacional das Indústrias (FNI), a Comissão Abbink e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), entre muitos outros.

Neste quadro, é importante sublinhar como as correntes econômicas, e o próprio saber econômico, têm sua origem “não apenas no âmbito acadêmico das escolas de economia, mas sobretudo nos órgãos governamentais e nas instituições de pesquisa aplicada” (LOUREIRO, 1997, p. 23). Por sua vez, esse saber técnico, ou seja, “este conhecimento em suas dimensões tanto teóricas quanto instrumentais, não é consensual, mas objeto de disputas entre diferentes grupos de economistas” (*ibidem*, p. 24). Assim, as novas funções do Estado e seus órgãos de planejamento e, também, de formação econômica, têm papel fundamental na explicação das divergências e das disputas por projetos de política econômica.

Para Maria Rita Loureiro, os debates econômicos nos anos de 1950 não podem ser explicados exclusivamente sob o ponto de vista de filiações teóricas nem, tampouco, de interesses pessoais/sociais. Em sua análise, a controvérsia também é influenciada pela atuação dos economistas em posições-chave de governo, nas instituições de ensino, no acesso aos canais de divulgação do conhecimento científico e na circulação desses economistas em organismos e instituições internacionais.

Contudo, sem deixar de notar a relevância dessas considerações, os debates econômicos aconteciam em torno de problemas concretos da economia brasileira e tinham como principal objetivo a proposição de políticas econômicas que respondessem aos problemas nacionais. Nesse sentido, as disputas econômicas implicariam, entre os debatedores, três instâncias de discussão e de posicionamento frente aos principais dilemas da economia brasileira.

Primeiramente, o debate pressupunha *acorreta interpretação da conjuntura econômica*, ou seja, os argumentos econômicos em disputa encontravam sua

validade na capacidade de explicar adequadamente a realidade brasileira. Um exemplo desse tipo de debate pode ser verificado na questão da inflação entre monetaristas e estruturalistas, pois ambas as visões discutiam, de fato, qual o mecanismo causador da inflação, utilizando, para isso, argumentos de cunho monetário ou de desequilíbrios produtivos entre os setores industriais e agrícolas. O que estava em jogo, contudo, é a explicação mais completa do problema inflacionário brasileiro<sup>8</sup>.

Uma segunda instância do debate, relacionada à primeira, refere-se ao fato de que o *diagnóstico do presente traz consigo uma sugestão de política econômica* para combater os problemas identificados. Nesse patamar aparece o caráter mais conflituoso entre as correntes, pois é na proposta de política econômica que se revela o projeto econômico de cada grupo, sendo uma instância importante para a compreensão das posições em jogo.

Em terceiro lugar, nem o diagnóstico nem a proposição de política econômica podem prescindir de *uma teoria econômica que dê coerência e veracidade à argumentação*, sendo um elemento fundamental para a legitimação dos projetos econômicos<sup>9</sup>. É esse terceiro aspecto que nos interessa, pois a incursão de Caio Prado Júnior e Celso Furtado na história do pensamento econômico pode ser lida como uma estratégia de examinar e de minar os fundamentos das interpretações concorrentes no âmbito do debate econômico brasileiro. Argumentamos que a análise dos fundamentos da teoria econômica empreendida pelos dois autores tem como uma de suas finalidades a discussão das bases dos argumentos clássicos e neoclássicos (e, por extensão, liberais), sobretudo em questões como a regulação econômica pela mão invisível, o pressuposto de que o mercado pode alocar os recursos econômicos de forma a garantir o maior bem-estar para o conjunto da sociedade e, também, a possibilidade da teoria econômica fornecer uma ferramenta de uso universal, que promoveria o desenvolvimento econômico

---

<sup>8</sup> Para o debate sobre inflação no Brasil, nos anos de 1950, ver Nunes(2005) eBoianovsky(2009).

<sup>9</sup> Para uma discussão sobre essas três instâncias de discussão a respeito dos rumos da política econômica na obra de Celso Furtado, ver Silva(2015).

no Brasil. Além disso, interessa-nos examinar como esses autores abordaram a capacidade da teoria econômica em explicar experiências históricas específicas, diversas daquelas que lhes deram origem.

Diante disso, cabe-nos identificar o papel da história do pensamento econômico na obra de Celso Furtado e de Caio Prado Júnior, sobretudo em relação a dois tópicos: 1) o papel das teorias econômicas para explicar a realidade concreta na qual surgiram e sua possibilidade de generalização para situações sociais e temporais diversas; 2) o exame da economia política clássica e as bases para uma política econômica orientada para apreender realidades históricas específicas.

### **Celso Furtado e a história do pensamento econômico**

A primeira incursão de Celso Furtado na história do pensamento econômico ocorre em seu livro *A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*, publicado em 1954. Trata-se da reunião de suas reflexões sobre a economia brasileira, desde a época colonial até os primeiros anos da década de 1950. Esse livro tem recebido crescente atenção por parte dos intérpretes, a começar pela notícia bibliográfica de Tamás Szmeracsányi publicada em 2003 no boletim da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), em que ressalta a importância da obra no conjunto da trajetória intelectual de Celso Furtado, sobretudo pelo que anuncia de *Formação Econômica do Brasil*. Esse talvez seja o motivo pelo qual considere que a “importância historiográfica desse livro vincula-se fundamentalmente a seus primeiros quatro capítulos” (SZMERACSA NYI, 2003, p. 1), omitindo, portanto, o sexto, que aborda justamente a revisão da história do pensamento econômico.

Mais recentemente, Mauricio Coutinho (2018), em trabalho específico sobre *A economia Brasileira*, destaca o aprofundamento teórico que o livro representou para Celso Furtado. Sua visão histórica seria acrescida de “um conhecimento refinado de macroeconomia, relações econômicas internacionais, fluxo de renda” (COUTINHO, 2018, p. 40). Para ele, esse trabalho

é um avanço no projeto furtadiano de aplicar a análise econômica para interpretar o desenvolvimento histórico do Brasil, elaborando a estrutura e o funcionamento dos sistemas econômicos que marcaram a evolução histórica do país. Contudo, preocupado em rastrear precisamente como a obra é um instante decisivo na construção da perspectiva de análise histórica e econômica de Celso Furtado, não se detém na questão da retomada da história do pensamento econômico feita pelo economista paraibano, ainda que essa revisão, como argumentaremos, seja importante para justificar os instrumentos e os conceitos econômicos com os quais Celso Furtado desenvolveu sua análise da economia brasileira.

Com isso, parece-nos justificado um exame mais aprofundado da leitura sobre a história do pensamento econômico que Celso Furtado apresenta em *A Economia Brasileira*. É para isso que Luiz Carlos Bresser-Pererira chama atenção, ao considerar que “talvez menos analisada seja sua contribuição à teoria econômica e à relação dela com as grandes correntes do pensamento econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 225). Ele está entre os autores que ressaltam a importância – dentro do projeto furtadiano de elaboração de uma teoria do subdesenvolvimento que incorpore elementos históricos e abstrados – das discussões a respeito da teoria econômica e de seus fundamentos (*ibidem*, p. 231).

Nessa direção interpretativa, é novamente Mauricio Coutinho que destaca o papel de Furtado entre os economistas brasileiros para a “difusão do pensamento econômico no país” (COUTINHO, 2009, p. 520). Ele teria exercido o “papel de opositor das prescrições ortodoxas de política econômica para as economias latino-americanas” (COUTINHO, 2007, p. 409), pois criticou a teoria econômica ortodoxa e suas recomendações de política econômica. Portanto, a releitura da história do pensamento econômico é uma instância fundamental para a criação de uma justificativa teórica e prática para as propostas de desenvolvimento econômico defendidas por Furtado. Segundo Ricardo Bielschowsky, uma das contribuições essenciais de Celso Furtado teria sido

“consolidar, entre os desenvolvimentistas nacionalistas brasileiros, um entendimento minimamente homogêneo da problemática do subdesenvolvimento do país, equipando-os com arma teórica para combater as análises e propostas das correntes adversárias” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 133).

Examinemos agora como a releitura da história do pensamento econômico aparece em *A Economia Brasileira*. O livro traz um capítulo de fechamento intitulado “Formulação teórica do problema do crescimento econômico”, dividindo-se, por sua vez, em duas partes: um exame dos mecanismos do desenvolvimento econômico em países periféricos e uma revisão da história do pensamento econômico, intitulada “A teoria do desenvolvimento na ciência econômica”<sup>10</sup>. No conjunto da obra, esse capítulo possui um claro viés de sistematização e formulação de questões antes abordadas sob perspectiva histórica, ao longo dos cinco primeiros capítulos. Ou seja, a própria organização do livro mostrava uma preocupação em partir do concreto para o abstrato, refletindo sobre a relação entre as peculiaridades históricas e a teoria econômica. Dito de outra forma, expressava uma reflexão sobre as relações entre história e teoria econômica, direcionada pela possibilidade de generalização da experiência história brasileira (e por extensão, latino-americana) em um modelo de desenvolvimento econômico. Essa problemática teria levado Celso Furtado a revisar a história do pensamento econômico para apreender como, no desenvolvimento da disciplina, essa relação entre história e teoria econômica foi equacionada e se seria possível erigir uma teoria do desenvolvimento econômico válida para os países da periferia valendo-se das reflexões acumuladas pela teoria econômica nos últimos dois séculos. Sua incursão na história do pensamento econômico, portanto, antes de uma revisão ou uma reconstrução histórica, é um esforço de

---

<sup>10</sup> Outras análises sobre o livro *A economia brasileira*, além das mencionadas: Szmeracsányi (2003), Vieira (2007) Mallorquin (2005) e Silva (2015). Parte desse capítulo sobre a história do pensamento econômico foi republicado, em 1956, em *El Trimestre Económico*.

interrogar a reflexão econômica passada para encontrar um caminho de pesquisa<sup>11</sup>.

A análise de Celso Furtado sobre a construção de uma teoria do desenvolvimento econômico tem como primeiro passo a subtração do conteúdo histórico analisado nos outros capítulos do livro para “reter tão somente a mecânica geral do processo econômico do desenvolvimento” (FURTADO, 1954, p. 191). É preciso distinguir, na análise da teoria do desenvolvimento, dois componentes: um plano abstrato – a descrição formal dos mecanismos de crescimento de uma economia – e um plano histórico – no qual “tem lugar o estudo crítico, em confronto com a realidade, das categorias básicas utilizadas na análise abstrata”. Ou seja, “não basta construir um modelo abstrato e explicar como ele funciona. É indispensável, ademais, criticar em termos de realidade histórica, as variáveis estratégicas desse modelo” (*ibidem*, p. 211). Com isso, Celso Furtado reconhece o caráter formal, teórico, abstrato da teoria econômica, mas coloca, como condição de validade desse saber, o confronto com a realidade histórica.

Essa verificação merece tanto mais atenção já que, “o problema da natureza abstrata ou histórica do método com que trabalha o economista não é independente, destarte, da natureza dos problemas que o preocupam”. Nesse sentido, “o desenvolvimento econômico é essencialmente um fenômeno histórico” (*ibidem*, p. 213). Portanto, Celso Furtado descarta a possibilidade de uma aplicação automática das teorias econômicas à realidade brasileira, pois os problemas do desenvolvimento econômico só podem ser examinados em uma perspectiva histórica e concreta, testando a teoria econômica.

---

<sup>11</sup> Esse esforço de interrogação poderia dar origem a críticas de anacronismo, já que os autores da economia política e, depois, da revolução marginalista e seus desdobramentos no século XX não se propunham a responder aos problemas do desenvolvimento econômico, surgidos após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, é preciso chamar atenção ao fato de que outros importantes economistas fizeram interrogações semelhantes, como é o caso de Gunnar Myrdal, cujo *Aspectos Econômicos da Teoria Política* teve sua primeira tradução na Inglaterra em 1955, um ano depois da *História da Análise Econômica* de Schumpeter. Em ambos os livros, mesmo com objetivos diversos, a teoria econômica do passado é uma fonte para respostas de problemas do presente. Este aspecto também é discutido por Maurício Coutinho (2009, p. 522) e Bresser-Pereira (2008, p. 231).

Tendo assentado esse pressuposto, o fio condutor da análise da história do pensamento econômico feito por Celso Furtado é responder: em que medida a teoria econômica, desde Adam Smith, pensou o problema do desenvolvimento, entendendo-o enquanto “um aspecto da teoria da produção” ou, em outras palavras, “ao formularem a teoria das variações a longo prazo da produção os economistas estariam, portanto, subministrando-nos uma teoria do desenvolvimento econômico” (*ibidem*, p. 215).

É a partir desta problemática que examina a chamada Economia Política Clássica, sobretudo Smith, Ricardo, Say e Mill. Para Furtado, Smith dedicou certo espaço para examinar os problemas da produção. Segundo o escocês, o crescimento de uma economia está relacionado à divisão do trabalho, que proporciona “aumento da destreza no trabalho, economia de tempo e possibilidade do uso de máquinas”. Porém, o aumento de produtividade decorrente da especialização tem limite no tamanho dos mercados e, portanto, “caímos num círculo vicioso, pois a capacidade para comerciar deveria refletir o nível de produtividade, o qual é dado pelo grau de divisão do trabalho” (*ibidem*, p. 216).

Já Ricardo ocupou-se, sobretudo, com os problemas de distribuição, uma vez que “procurava acima de tudo encontrar argumentos para combater os latifundiários de sua época” (*idem ibidem*). Assim, por não discutir diretamente a produção, Celso Furtado dá pouco espaço ao autor de *Princípios de economia política e tributação*.

A Jean-Baptiste Say é atribuída a classificação dos elementos da produção em terra, capital e trabalho, sendo o último destes a origem de todo o valor. Nesse ponto, Furtado ressalta a colocação segundo a qual a quantidade de trabalho empregada é determinada pelo montante de capital acumulado e, em consequência, “o nível dos salários reais não era arbitrário, [...] dependendo da oferta de trabalho e da capacidade de emprego da economia” (*ibidem*, p. 217). Dessa forma, a acumulação de capital assume grande importância para a explicação do desenvolvimento econômico, pois modificações nessa variável seriam responsáveis por aumentar o nível de produção

e a renda da economia. Contudo, é justamente nesse ponto que Celso Furtado encontra o principal problema da Economia Clássica, e coloca em xeque seus argumentos para a construção de uma teoria do desenvolvimento econômico:

com a acumulação o uso de equipamento tendia a aumentar, vale dizer, a proporção capital fixo teria que crescer, o que acarretaria uma maior dose de capital por operário e, portanto, uma menor quantidade de “valor” criado por unidade de capital aplicado. Essa tendência da taxa de lucro a cair desestimularia a poupança e indiretamente reduziria o ritmo de acumulação de capital. (*idem ibidem*)

Assim, o que pareceria ser a chave de uma teoria do desenvolvimento econômico para Furtado, foi interpretado pelos economistas clássicos como uma “tendência ao estado estacionário”, na formulação de J. S. Mill. Formulação tanto mais importante já que o progresso técnico teria a função de unicamente retardar “a vinda do estado estacionário, mas não evitá-la, pois a pressão para a baixa dos lucros seria cada vez maior” (*ibidem*, 218). A questão do progresso técnico, por sua vez, também é examinada por Ricardo, mas em sua análise, conquanto a elevação da produtividade aumente os custos da produção e dos salários, o principal resultado da crescente incorporação de equipamentos é aumentar a renda da terra, impedindo sua distribuição para os trabalhadores.

Dessa forma, Furtado destaca, nos economistas clássicos, os conceitos fundamentais para o desenvolvimento econômico. Ao problematizar a divisão do trabalho, o aumento de produtividade, o progresso técnico, e ao inquirir como os economistas utilizaram esses conceitos, sobretudo em uma teoria da distribuição, Furtado deixa implícito que os fundamentos da economia clássica não explicam o crescimento e o desenvolvimento das economias europeias ao longo do século XIX, mas restringem-se a uma operacionalização de conceitos abstratos, deixando de confrontá-los com as realidades históricas que pretendiam descrever.

O valor trabalho é outro tema examinado por Celso Furtado, que enfatiza como a economia clássica percebeu a existência de um excedente de produção originado do trabalho assalariado que não retornava aos trabalhadores. Os neoclássicos, por sua vez, “ignoram a existência de qualquer excedente e procuram demonstrar que cada fator recebe exatamente a ‘sua’ parte do produto”, ou seja, “a estrutura da produção estaria determinada pela disponibilidade relativa de fatores”, sendo possível o pleno emprego desde que os trabalhadores aceitassem o “salário correspondente à produtividade do seu trabalho” (*ibidem*, p. 222). Essa concepção, segundo Furtado, elimina a possibilidade do excedente econômico, conceito fundamental para o desenvolvimento. Nesse sentido, a crítica aos neoclássicos também explicita uma ausência de correlação e de confronto com a realidade histórica. Nas palavras de Furtado,

essa construção tão abstrata e tão longe da realidade num mundo de desemprego como era o século XIX, surgiu aos economistas neoclássicos como a verdade científica mais irrefutável. Desaparecia totalmente a incômoda ideia dos clássicos – à luz da nova ciência econômica transformada em superstição – de que eram de natureza distinta a remuneração do trabalho e a do capital. (*ibidem*, p. 223)

Ou seja, Celso Furtado capta o surgimento de uma teoria do pleno emprego no momento em que o desemprego abunda na Europa, enfatizando, assim, sua preocupação em examinar a história do pensamento econômico a partir do confronto entre as teorias econômicas e as realidades históricas. Dessa forma, percebemos que os fundamentos das teorias clássicas e neoclássicas – valor-trabalho, acumulação de capital, excedente econômico, incorporação de progresso técnico e aumentos de produtividade – não apareceram enquanto elementos capazes de explicar o processo histórico de aumento da produtividade, elevação do produto real e o desemprego europeu, ou seja, não explicavam as transformações pelas quais passavam a economia durante o século XIX. Para Celso Furtado, a formulação de uma teoria do desenvolvimento econômico que apontasse caminhos para a adoção de políticas econômicas no Brasil e na América Latina pressupunha

uma nova formulação conceitual, abandonando a construção teórica da economia ao longo do século XIX. Escusado dizer, conseqüentemente, que políticas econômicas formuladas tendo por base o instrumental clássico e neoclássico teriam pouca validade enquanto soluções para o problema do desenvolvimento econômico.

Em sua concepção, as livres forças de mercado não teriam condições de conduzir o processo de industrialização brasileira, sendo necessária a intervenção do Estado para viabilizar a criação de indústrias, ampliar a estrutura produtiva e, com isso, estimular a passagem da agricultura de subsistência para uma agricultura com maior produtividade, como forma de diminuir o custo real dos salários. Esse conjunto de medidas resultaria em um aumento da produtividade social da economia e uma distribuição do excedente econômico, realimentando os investimentos industriais, única forma de superar a tradição primário-exportadora da economia brasileira.

Dessa forma, somente a elaboração de uma teoria econômica que incorporasse a realidade dos países periféricos seria capaz de explicar seus problemas e apontar soluções de política econômica baseadas na compreensão histórica dos países da América Latina.

Assim, a incursão de Celso Furtado na história do pensamento econômico permite identificar sua preocupação com o desenvolvimento econômico e os caminhos para sua implantação no Brasil. De fato, sua leitura, longe de ser didática, interroga os autores do passado com uma problemática do presente, evidenciando que os dilemas contemporâneos exigiam uma solução criativa. Nesse sentido, a leitura de Celso Furtado sobre o pensamento econômico brasileiro é parte da mesma preocupação que o fez perscrutar o passado colonial brasileiro para compreender as raízes do subdesenvolvimento no Brasil.

Desse modo, destacamos em sua análise a abordagem da economia clássica e neoclássica, pois nela estão os pressupostos do liberalismo econômico e dos automatismos das forças de mercado, argumentos que serão mobilizados – evidentemente de forma mais refinada – pelos liberais para

restringir a intervenção estatal, garantir que a iniciativa privada e o sistema de preços sejam os principais responsáveis pela alocação de recursos e investimentos e, finalmente, assegurar que a validade da teoria das vantagens comparativas do comércio internacional não seja ameaçada por indústrias artificiais. Diante desse quadro, parece-nos, a leitura da história do pensamento econômico foi motivada pelas discussões do presente.

Cabe destacar, ainda, que essa revisão será cada vez mais aprofundada na obra de Celso Furtado, sempre em constante diálogo com os diagnósticos do presente e com as (re)formulações da teoria do subdesenvolvimento. Com efeito, essa reflexão será mantida no livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), com a adição de um item sobre a teoria econômica marxista. Nas edições posteriores desse livro, sob o título de *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), esse procedimento continuou sendo ampliado, demonstrando a estreita relação estabelecida entre formulação de uma teoria do desenvolvimento econômico e a reflexão sobre as bases do conhecimento econômico.

### **Caio Prado Júnior e a história do pensamento econômico**

Segundo Fernando Novais (1983), a problemática básica da obra de Caio Prado Júnior consiste na “identidade nacional” e nas “mudanças inscritas no processo histórico”. Em decorrência disso, é comum que a maioria dos estudos sobre Caio Prado Júnior enfatize o papel de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) no conjunto de sua obra, dada sua evidente relevância teórico-metodológica (IUMATTI, 2007, p. 17-18). Porém, pouco se discute o papel que o autor atribuiu à teoria econômica e à história do pensamento econômico em certo momento de sua trajetória intelectual. A primeira obra que trouxe essa discussão foi *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, publicada em 1954, evidenciando a preocupação e a insatisfação de Caio Prado Júnior em relação à inadequação das teorias econômicas convencionais nos países subdesenvolvidos. Essa obra consiste na tese escrita para concorrer à cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da

USP e volta e meia é citada pelos intérpretes de Caio Prado. Embora seja a primeira a discutir o tema, posteriormente, em 1957, publicou *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, obra ainda pouco debatida no âmbito dos estudos sobre Caio Prado Júnior. Trata-se, contudo, de um trabalho crucial para compreender a intervenção do autor na discussão sobre política econômica no Brasil, tema que ganha espaço em sua obra nos anos 1950 e 1960, ao lado das reflexões sobre os problemas agrários e a denominada “Revolução Brasileira”. Além disso, a reflexão econômica irá reaparecer no final da década de 1960, com o livro *História e desenvolvimento* (1968). Esse último livro, resultado da Tese de Livre-Docência para a Cátedra de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ajuda a lançar luz sobre a perspectiva do desenvolvimento e as críticas às teorias econômicas, já que nele Caio Prado aponta a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. Contudo, por se tratar de uma obra publicada na década de 1960, não analisamos nesse trabalho, mas referências podem ser encontradas em Battahin (2016)<sup>12</sup>.

Os estudos sobre Caio Prado Júnior, no entanto, enfatizam, sobretudo, sua militância política e sua produção historiográfica, sem levar em conta o papel que a economia/ crítica à teoria econômica representou em suas intervenções nos debates sobre o desenvolvimento econômico. Muitos são os trabalhos sobre a trajetória política e o marxismo de Caio Prado Júnior (PERICÁS, 2018 ; FERNANDES, 1995; IUMATTI, 2007; COUTINHO, 2007; RICUPERO, 2000; SECCO, 2007). Esses trabalhos relatam que Caio Prado ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1931, buscando apoiar a classe trabalhadora, pois sempre esteve ligado a movimentos marxistas em defesa do operariado. Seu caráter militante foi reforçado quando, em 1935, torna-se vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Ao lado

---

<sup>12</sup> Battahin (2016, pp. 19-20) aponta a hipótese de que Caio Prado conclui em *História e Desenvolvimento* a análise que iniciou em *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica*. Em 1968 foi além de elucidar que não existe uma teoria pronta para países como o Brasil e salientou a necessidade da interpretação histórica dos problemas brasileiros explicados pelo passado e desconsiderados pelas teorias clássicas que nos foram impostas.

dessas discussões, encontramos pesquisadores como Paulo Teixeira Iumatti, que dedicou, em 2007, uma obra para discutir a trajetória intelectual de Caio Prado Júnior. Interrogando-se sobre a relação entre a trajetória intelectual e biográfica de Caio Prado, deparamo-nos com um silêncio a respeito das discussões colocadas pela obra *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. Para o autor, nos anos 1950 e 1960, “Caio Prado Jr. manteve a geografia como uma de suas principais áreas de interesse e de pesquisa” (IUMATTI, 2007, p. 165).

Para Renato Perim Colistete (1990), a obra de 1957 consiste basicamente na crítica de Caio Prado Júnior aos modelos abstratos de desenvolvimento, principalmente ao modelo da CEPAL. A importância da abordagem histórica do desenvolvimento econômico é evidenciada, porém não há um direcionamento à importância da teoria econômica.

João Antônio de Paula (2006, p. 3-4), por sua vez, ao discutir o surgimento, nos anos 1950, de perspectivas críticas que “apontavam os limites do pensamento econômico convencional” e a busca por “uma economia política dos países subdesenvolvidos”, destacou *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, de 1954, porém, nenhuma alusão é feita à obra de 1957.

Dessa maneira, reiteramos a necessidade de abordar a obra *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* (1957) enquanto instância importante das discussões levadas a cabo por Caio Prado Júnior nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo suas considerações sobre teoria econômica e história do pensamento econômico. Trata-se de uma análise aprofundada da gênese do capitalismo, indo da troca de bens até o processo de mercantilização desses bens, aí incluída a força de trabalho. Ao esmiuçar a evolução das relações econômicas, Caio Prado Júnior examinou a forma como os economistas analisaram e interpretaram o sistema capitalista e como essas análises traduzir-se-iam posteriormente em normas de política econômica, a saber, a escola clássica, a socialista e a keynesiana.

Ao realizar essa discussão, Caio Prado Júnior permanece próximo do vocabulário e arcabouço de análise marxista, que busca interpretar a economia

sob o ponto de vista do proletariado, visando à transformação e destruição do sistema capitalista (PRADO JÚNIOR, [1957] 1961, p. 59). Isso fica evidente no exame da lei do valor e do funcionamento do sistema capitalista, que, segundo o autor, consiste na passagem constante da produção ao consumo e do consumo à produção. Há, então, uma troca da força de trabalho por meios de subsistência: o salário. Porém, “o valor de troca da produção realizada é superior ao valor de troca dos bens ou mercadorias que se invertiram na produção”, ou seja, “a força de trabalho adquirida pelo capitalista produziu mais que os meios de subsistência pelos quais foi trocada”. No sistema capitalista a produção – que em outros modos de produção significava o suficiente para a subsistência – passa a ser maior devido ao progresso tecnológico, superando em muito o valor para a subsistência. Nesse processo, contudo, a força de trabalho acrescentou um excedente à “massa de bens invertidos na produção” graças às características específicas de produção, e esse acréscimo é retido pelos capitalistas na forma de mais-valia (*ibidem*, p. 48-49).

Caio Prado se refere à abordagem de Adam Smith e David Ricardo como “teoria econômica clássica, ortodoxa ou vulgar”. Essa teoria tem um caráter “praticista” e se inspira na “experiência e nas necessidades teóricas imediatistas da classe dominante dos capitalistas e empresários da produção” (*ibidem*, p. 70).

Para Caio Prado Júnior, as condições favoráveis que impulsionaram o progresso capitalista e que permitiram uma condição de bem-estar econômico da sociedade ficaram no passado, já que a história, diferentemente do que a teoria ortodoxa prega, é transitória e não permanente (*ibidem*, p. 78). Ainda segundo o autor, nem a teoria clássica e nem “sucessores mais recentes do chamado neoclassicismo” levam em conta as profundas transformações sofridas pelo sistema capitalista e ambos pautam a maioria de suas análises na primeira fase do capitalismo. O capitalismo do século XX passou a apresentar diferenças, principalmente estruturais, que precisam

ser consideradas para que a economia política não se distancie do mundo real, transformando-se em algo abstrato (*ibidem*, p. 139).

Esta não deve reproduzir ou basear-se em uma fase passada do capitalismo, mas considerar o “capitalismo trustificado”, que já não apresenta mais, principalmente nas nações subdesenvolvidas, “os atrativos e a força irresistível que o acompanhava em sua fase histórica em que não encontrava ainda substituto e se impunha como vanguardeiro do progresso” (*ibidem*, p. 187).

Assim, a originalidade de *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* foi avançar em aspectos já discutidos e intuídos em sua obra: o uso inadequado de teorias econômicas desenvolvidas e formuladas nos países capitalistas em economias periféricas, com características específicas. A teoria econômica do capitalismo, quando transportada para os países subdesenvolvidos, evidencia o caráter periférico e complementar dos mesmos, tendo como fundamento os interesses privados representados pelos grandes trustes internacionais (*ibidem*, p. 189-194). Ou seja, a transposição da teoria econômica serviria para garantir os interesses dos conglomerados estrangeiros. Nesse sentido, ao criticar as bases e os fundamentos da teoria econômica, ao demonstrar que essas foram elaboradas para explicar uma realidade diferente daquela dos países periféricos, Caio Prado Júnior indica a necessidade de uma nova economia política, de uma nova teoria econômica, erigida das características e peculiaridades da formação história do Brasil e, por extensão, da América Latina. Se em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) os dilemas do presente foram examinados em perspectiva histórica, dialética, neste momento, o corolário básico de sua obra, a construção de uma Nação moderna, passa pela elaboração de uma teoria econômica ou de uma economia política que incorpore em seus pressupostos teóricos a realidade história da formação nacional peculiar do continente latino-americano.

Dessa maneira, Caio Prado Júnior, assim como Celso Furtado, aborda a história do pensamento econômico com a preocupação de compreender em que medida essas teorias expressavam ou não a realidade para a qual foram elaboradas. No cerne dessa discussão está a interrogação sobre a

possibilidade de utilização das teorias econômicas elaboradas no século XIX, em países periféricos como o Brasil, sem a mediação de qualquer análise das condições históricas e sociais específicas de cada país.

A incursão de Caio Prado Júnior pela história do pensamento econômico teve como objetivo evidenciar a relação intrínseca entre a formulação da economia política clássica e a conjuntura em que viviam, por exemplo, Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Assim, o problema da periferia é que ela não deu origem a uma teoria econômica apropriada para sua realidade, mas se valeu de teorias elaboradas em outro contexto histórico e social. Portanto, o esforço do autor é escrever as bases para uma teoria econômica do subdesenvolvimento (PRADO JÚNIOR, [1957] 1961, p. 211-224).

Caio Prado Júnior denuncia a presumida universalidade da teoria econômica, enfatizando que não existe uma ciência econômica que tenha princípios e leis aplicáveis de forma absoluta. A acumulação de capital e sua reprodução condicionam e promovem o desenvolvimento capitalista e o progresso tecnológico no centro. Já a acumulação, nos países subdesenvolvidos, impulsiona atividades alheias, não havendo nenhum estímulo interno. Em consequência, a formação de capitais nesses centros periféricos é destinada ao exterior através das importações que sugam o poder aquisitivo interno, desequilibrando produção e consumo (*ibidem*, p. 211-224).

A falta de produção interna faz com que o investimento, além de depender da acumulação, dependa também da disponibilidade de recursos em moeda internacional, gerando uma situação especial no funcionamento das economias subdesenvolvidas, questões essas que não estão presentes nas teorias econômicas tradicionais. O processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, no que diz respeito à acumulação e à inversão, possui aspectos peculiares que as teorias econômicas correntes não consideram – aspectos como a especialização na produção de gêneros primários destinados à exportação de algumas necessidades, como as manufaturas via importação (*idem ibidem*).

Ora, nessa discussão, podemos ver a preocupação com as bases sociais, com as características históricas dos países dependentes e, porque não, do sentido da colonização. A proposta de Caio Prado é produzir uma nova teoria econômica que poderia ser aplicada nesses países com características peculiares, levando em conta suas especificidades. Os países periféricos não devem deixar de ser considerados participantes do sistema capitalista, mas integrados ao mesmo, estruturando-se numa economia própria e nacional. Como colocado por Caio Prado Júnior,

uma nova teoria econômica que leve em conta as circunstâncias específicas das economias subdesenvolvidas, a par das perspectivas que se abrem para a sua evolução, considerará esses países não como participantes do sistema internacional do capitalismo, nele necessariamente integrados e sofrendo-lhe as contingências, e sim do ângulo de sua libertação desse sistema e da estruturação neles de uma economia própria e nacional. (*ibidem*, p. 224)

Assim, *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* faz uma leitura/ reflexão aprofundada da teoria econômica. Essa obra é, podemos dizer, uma “ruptura” em relação às publicações de grande fôlego dos anos 1930 e 1940<sup>13</sup>, que trabalham na reconstituição e análise da “história da formação social no Brasil” alicerçadas sob preceitos metodológicos marxistas (NOVAIS, 2005, p.284). A obra de 1957 parte de uma metodologia completamente diferente: admite-se que há uma passagem da preocupação com a formação social brasileira para a reflexão econômica, esta última enquanto alicerce para uma compreensão e transformação do presente. Dessa forma, a discussão sobre a formação da Nação e os dilemas sociais brasileiros, que até os anos 1930 e 1940 eram elemento-chave para diagnosticar o presente e sugerir mudanças, passa a receber uma reflexão a partir do instrumental econômico para propor formas de superação do passado colonial, em consonância com a conjuntura político-econômica da década de 1950.

Essa passagem do social para o econômico pode ser explicada pelos debates intelectuais dos anos 1950, período de grandes disputas sobre a implantação

---

<sup>13</sup> Pensamos, sobretudo, em *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)* (1942) e *História econômica do Brasil* (1945).

de políticas econômicas, como vimos acima, tornando-se a economia o principal instrumental de conhecimento para compreender o presente, ao contrário da análise social que predominou nos anos de 1930 e 1940, nos quais a chave de acesso para se compreender a realidade brasileira era através das ciências sociais (MELLO E SOUZA, 1984, p. 27- 36)<sup>14</sup>.

Em nossa interpretação, Caio Prado Júnior teve como objetivo na obra *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* abordar a teoria econômica, e com isso, a história do pensamento econômico, com o intuito de pensar a nação, ou seja, de fortalecer a ideia de que é necessário criar uma teoria econômica que leve em consideração as especificidades dos países subdesenvolvidos<sup>15</sup>. Mesmo com uma publicação voltada ao debate da teoria econômica, Caio Prado não abandona a perspectiva histórica. Como afirma Novais (2005, p. 293), “sua obra vai se desdobrando na reflexão filosófica, na análise econômica e no ensaísmo político, mas, a nosso ver, mantendo sempre o primeiro referencial”, ou seja, os “desvios” buscam novas fontes para enriquecer sua visão de historiador. Foi isso o que o autor fez em 1957: buscou um novo arcabouço teórico a partir da revisão e da crítica aos fundamentos da teoria econômica.

## Conclusões

Buscamos abordar um aspecto pouco estudado pela bibliografia de Celso Furtado e de Caio Prado Júnior: as incursões na história do pensamento econômico como uma importante ferramenta argumentativa para os debates que ocorriam na década de 1950 na economia brasileira. Chamamos atenção não apenas ao conteúdo de tal reflexão, mas em como ela reitera

---

<sup>14</sup> Uma reflexão sobre a passagem das reflexões dos chamados intérpretes do Brasil, da geração de 1930, para as reflexões dos anos de 1950, quando a sociologia acadêmica e a economia ganham importância, foi examinada em Arruda (2001) e em Alencastro (2009).

<sup>15</sup> “Em outras palavras, o que se propõe aos países subdesenvolvidos é superarem o estatuto em essência e fundamentalmente colonial de sua economia, e se reestruturarem em bases propriamente nacionais. Mas para realizarem isso, impõem-se uma política econômica inspirada em concepções em que eles hoje se acham. O que requer uma nova teoria econômica” (PRADO JÚNIOR, [1957] 1961, p. 212).

procedimentos metodológicos presentes no conjunto da obra dos autores. Ademais, resgatamos dois livros que apenas recentemente vêm sendo incorporados à análise da obra destes autores.

No caso de Celso Furtado, por exemplo, seu capítulo sobre a história do pensamento econômico foi ampliado ao longo do tempo. Ele é mantido em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), acrescido de um novo item, mais denso, sobre a teoria econômica marxista e terá atualizações e revisões nas sucessivas edições de *Teoria e política do Desenvolvimento econômico*, a partir de 1967. Podemos aventar, portanto, que a investigação sobre a história do pensamento econômico é um objeto permanente de sua reflexão sobre a teoria do desenvolvimento. Não é fortuito que esse ainda seja o caso para *Prefácio à nova economia política*, de 1976. Rastrear as nuances, as retomadas e os acréscimos que cada uma dessas obras apresenta sobre a história do pensamento econômico não cabe nos limites deste artigo, mas é um tema de pesquisa que nos parece frutífero.

Também Caio Prado Júnior desdobrou suas reflexões sobre a história do pensamento econômico passando de uma análise histórica da economia brasileira para uma análise das teorias econômicas em *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. Seu intuito foi explicitar o papel inapropriado das teorias econômicas no contexto brasileiro, exibindo seu incômodo em relação aos modelos teóricos que não contemplavam essa realidade. Nesse projeto, estava incluída, também, uma crítica ao tipo de desenvolvimento que se processava no período.

Celso Furtado abordou a história do pensamento econômico com uma interrogação muito precisa: o que os economistas do passado podem nos ensinar sobre o desenvolvimento econômico. Com isso, as inquietações do presente brasileiro estimularam sua reflexão sobre o passado. Esforço somente aparentemente anacrônico, para usarmos a linguagem do historiador, pois, para Celso Furtado, o seu projeto ainda está inserido justamente na construção de uma teoria econômica, específica para os países

subdesenvolvidos, dada a insuficiência teórica que encontrou nos trabalhos de seus predecessores.

De forma semelhante, Caio Prado Júnior procurou nos trabalhos dos economistas do século XIX motivações para compreender o funcionamento da economia brasileira, como uma forma de encontrar mecanismos para superar sua herança colonial. Considerado por Fernando Novais (2005, 2012) o historiador que mais se preocupou em evitar o anacronismo em história, interroga o pensamento econômico como uma herança a ser superada na construção de uma economia política para os países periféricos. Sua constatação da incapacidade de seus predecessores em responder aos dilemas do presente o levou a buscar uma nova economia política.

Ambos os autores identificaram a impossibilidade da teoria econômica explicar a realidade histórica dos séculos XIX e XX, enfatizando como as interpretações dos clássicos da economia política emergiram de um arcabouço conceitual que não descrevia a realidade econômica vivida. Daí que ambos tenham enfatizado, também, a necessidade de criação de uma nova economia política e uma nova teoria do desenvolvimento econômico, baseada na realidade dos países periféricos, coloniais ou subdesenvolvidos. A própria reiteração da necessidade de uma teoria econômica específica para essas nações trazia consigo um forte conteúdo combativo, impugnando teorias abstratas e não comprometidas com a explicação das realidades históricas. Essa preocupação, por sua vez, demonstra a estatura e o calibre de duas das mais importantes figuras da vida intelectual do período, e seu empenho em balizar suas propostas em uma reflexão radical sobre o conhecimento econômico, algo que não foi tentado por outros debatedores do período. Ao negarem os fundamentos da teoria econômica clássica, os dois autores intervinham no debate econômico brasileiro justamente ao minar as bases e os alicerces dos economistas liberais, estes, sim, inspirados na regulação pelo mercado, na teoria das vantagens comparativas, na vocação agrária do país.

Nesta análise, também, é possível perceber as divergências entre os autores. Celso Furtado discutiu conceitos mais próximos às teorias do

desenvolvimento econômico que surgiam nos anos de 1950: excedente, progresso técnico, acumulação de capital. Já Caio Prado Júnior, ainda que tenha se valido de um vocabulário da teoria do desenvolvimento econômico e mesmo da CEPAL, fez uma leitura mais próxima de Marx, enfatizando a teoria do valor-trabalho e os caminhos e descaminhos que ela sofreu ao longo do século XIX. Além disso, ambos tinham visões particulares sobre a formação da economia brasileira e dos problemas do presente, cujas nuances e diferenças merecem estudo exclusivo.

Finalmente, um diálogo mais direto sobre a teoria do desenvolvimento econômico entre os dois autores não ocorreu na década de 1950. A despeito de Caio Prado Júnior levantar críticas à obra de Keynes neste livro de 1957, é somente em 1961 que Celso Furtado irá publicar sua crítica à teoria marxista. Por sua vez, Caio Prado Júnior também fez incursões na teoria do desenvolvimento econômico: em 1954, com *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, e depois, em *História e desenvolvimento*, de 1968. Contudo, há poucas referências diretas entre eles, e a reconstituição de um diálogo crítico permanece uma tarefa para futuras pesquisas. Com isso, reiteramos a necessidade de investigações que considerem as controvérsias e as disputas em torno do desenvolvimento do país enquanto uma instância fundamental para compreendermos a dinâmica do pensamento econômico brasileiro.

## Referências

- ALENCASTRO, Luís Felipe. "Introdução". In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura*. São Paulo no meio século XX. Bauru: EDUSC, 2001.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacionalismo econômico de Vargas. In: BASTOS, P. P. Z. & FONSECA, P. C. D (orgs.). *A Era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BATTAHIN, J. F. "Caio Prado Júnior e a crítica à teoria econômica: uma análise de Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica". In: 6ª Conferência Internacional de História Econômica & VIII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 2016. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/uploads/Textos%20Encontro%20P%C3%B3s%20ABPHE%202016/janaina\\_battahin.pdf](http://www.abphe.org.br/uploads/Textos%20Encontro%20P%C3%B3s%20ABPHE%202016/janaina_battahin.pdf)>. Acesso em 25 de janeiro de 2020.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. "Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964". In: LOUREIRO, Maria Rita. *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Pensamento, instituições, depoimentos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOIANOVSKY, Mauro. "Celso Furtado and the structuralist-monetarist debate on economic stabilization in Latin America". In: Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia, Foz do Iguaçu, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "Celso Furtado e a Teoria Econômica". In: FURTADO, Celso. *Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2008 (Arquivos Celso Furtado, v. 2), p. 225-246.
- CANO, Wilson. "Crise de 29, soberania na política econômica e industrialização". In: BASTOS & FONSECA (orgs.). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.
- COLISTETE, Renato P. *O desenvolvimentismo e seus críticos: as ideias da CEPAL e de Caio Prado Jr. sobre a internacionalização econômica nos anos 50*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990, 310f.
- COUTINHO, Maurício Chalfin. "Celso Furtado e a crítica da teoria econômica". In: SABOYA, João. *et alli* (orgs.). *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro, Manole, 2007a, p. 409-429.
- \_\_\_\_\_. "Incurções Marxistas". In: SZMERACSÁNYI, T. & COELHO, F. S. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007b.
- \_\_\_\_\_. "Fortuna Crítica". In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 519-544.
- \_\_\_\_\_. "A Economia Brasileira (1954), de Celso Furtado", *História e Economia - revista interdisciplinar*. Brazilian Business School. v.18, n. 1, p. 39-61, São Paulo/Lisboa, 2017.
- CURI, Luiz Felipe Bruzzi. "Planejamento, industrialização e desenvolvimento na historiografia do pensamento econômico brasileiro: notas preliminares". In: COSENTINO, D. DO V. & GAMBÍ, T. F. R. (org.). *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Niterói-São Paulo: Eduff-Hicitec, 2019, p. 247-281
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930". In: BASTOS, P. P. Z. & FONSECA, P. C. D (orgs.). *A era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. (Contribuição à análise de seu desenvolvimento). Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRESPLAN, Jorge. "A teoria da história em Caio Prado Jr.: dialética e sentido", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 47, p. 57-74, set. 2008.

IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LOUREIRO, M. R. *Economistas no governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. [1993] São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. "A revolução de 30 e a cultura". In: *idem. A educação pela noite e outros estudos*. São Paulo: Ática, 1984.

MORAIS, Reginaldo. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

NOVAIS, Fernando Antônio. "Caio Prado Jr., Historiador", *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, p. 66-70, São Paulo, jul. 1983.

\_\_\_\_\_. "Sobre Caio Prado Júnior". In: *idem. Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

\_\_\_\_\_. "Entrevista". In: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NUNES, Antônio José Avelãs. *Industrialização e desenvolvimento: a economia política do modelo brasileiro de desenvolvimento*. São Paulo : Quartier Latin do Brasil, 2005.

PAULA, João Antônio de. "Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro", *Revista Pesquisa & Debate*, vol. 17, n. 1, p. 1-19, São Paulo, 2006.

PERICÁS, Luiz Bernardo. "Breve esboço sobre a trajetória política do militante comunista Caio Prado Júnior". Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/L-Peric%C3%AAs-CPjr.pdf>>. Acesso em 17 de junho de 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, [1957] 1961.

\_\_\_\_\_. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia). São Paulo: Brasiliense, [1942] 2011.

REIS, José Carlos. "Anos 1960: Caio Prado Jr. e 'A Revolução Brasileira'", *Revista Brasileira de História*, vol. 19, n. 37, p. 245-277, São Paulo, 1999.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.

SECCO, Lincoln. "O Marxismo de Caio Prado Jr.", 2007. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2007/09/01/o-marxismo-de-caio-prado-jr/>>. Acesso em 17 de junho de 2019.

SILVA, Roberto Pereira. *Celso Furtado, entre a história e a teoria econômica (1948-1959): uma interpretação historiográfica*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. Desenvolvimento, estabilidade e populismo: São Paulo: Fapesp, Edusp, 1998.

SZMERACSÁNYI, Tamás. “Cinquentenário de A Economia brasileira de Celso Furtado”. In: *Boletim Informativo da ABPHE*, dezembro de 2003.

VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: reforma política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: Educ, 2007.